



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATA Nº 01/2022 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA MENSAGEM EXECUTIVA Nº 150/2021 – DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS E REVOGA A LEI MUNICIPAL 3449/2010 – DIA 22 (VINTE E DOIS) DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois, às dezesseis horas, na Sala de Sessões Joaquim de Deus Nunes, Plenário da Câmara Municipal, foi aberta a presente Audiência Pública pelo Presidente em exercício Diego Wolter em conformidade com o edital nº 004/2022, Audiência Pública, solicitada pela Comissão de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, para tratar acerca da Mensagem Executiva nº 150/2021 – Dispõe sobre o Sistema de Transporte Público de Passageiros no Município de Canguçu/RS e revoga a Lei Municipal nº 3.449/2010. O Presidente convidou para compor a Mesa os servidores do executivo Chefe do Núcleo de Trânsito Michel Reiznaut e Fiscal de Trânsito Alexandro da Silveira e o empresário Izar Coutinho, representando as empresas que atuam no município. Manifestou-se Arion que cumprimentou os presentes e salientou a importância do debate, esclarecendo que o projeto aborda questões que sinalizam uma solução para a retomada das atividades empresariais do transporte público. Afirmou o interesse em ouvir os responsáveis pelo executivo. Paulo Bauer afirmou que a intenção da audiência é sanar dúvidas existentes quanto à matéria apresentada. Michel falou sobre os diálogos existentes em busca de soluções, evidenciando o interesse do executivo em subsidiar o valor da passagem, citou visitas a outros municípios que já implantaram esse método. Afirmou que as empresas passaram a ter menor lucratividade nos casos em que o subsídio foi utilizado diretamente na passagem, em conversa com secretário de trânsito de outro município foi possível identificar que o subsídio deveria ser feito por quilômetro rodado. Esclareceu que o interesse do executivo é auxiliar no pagamento da passagem aos munícipes, oferecendo melhores condições de transporte. Manifestou-se o empresário Izar que falou da inviabilidade de permanecer trabalhando da forma atual. Falou das peculiaridades do transporte intramunicipal, caracterizado pelas pequenas distâncias percorridas pelos usuários. Falou sobre as dúvidas existentes quanto ao projeto do executivo, citou a necessidade de que sejam supridos os custos que o transporte público possui. Reafirmou que o subsídio é direcionado aos passageiros. Citou a questão das escolhas dos passageiros em optar pelos veículos que fazem a linha intermunicipal, evidenciando que estes podem optar pelo melhor preço. Manifestou-se Alex que informou existir 15 ônibus com 27 linhas transitando no município, número que ficou reduzido durante a pandemia. Afirmou que a proposta do executivo é a retomada desse número,



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

assim como retomada das atividades no meio urbano, em todos os bairros. evidenciou as características da mensagem, afirmando que a fiscalização por parte do executivo permanecerá sendo realizada, através da análise dos relatórios que serão emitidos para fins de fiscalização. Jardel Oliveira afirmou que essa nova modalidade de transporte irá beneficiar a população. Questionou sobre as empresas habilitadas a participarem e qual prazo para sua implementação. Questionou sobre os serviços de vans, e se estes poderiam participar do processo licitatório. Michel esclareceu que existem empresas que estão com contrato ativo, e estas podem permanecer em atividade, e algumas linhas serão licitadas. O prazo estimado é o mais breve possível, e há possibilidade de formação de lotação para pequenas empresas. Arion falou sobre a ausência do impacto econômico financeiro da matéria, manifestando preocupação quanto ao alto custo anual. Evidenciou a necessidade de fiscalização do cumprimento contratual dos termos. Falou do problema relativo às estradas, e a preocupação existente quanto ao período de chuvas que virá e a possibilidade de interrupção dos serviços. Carlos Eduardo questionou sobre a saída destes recursos, afirmou a importância de achar um meio de resolver o problema das vans, para que as mesmas possam se manter trabalhando. Leandro afirmou que as dificuldades na legislação trazem desafios quanto à possibilidade de permitir que determinados veículos e suas licenças possam realizar atividades de transporte de passageiros. Alex falou sobre legislação criada para que as lotações possam desempenhar suas atividades. Izar defendeu a exclusividade da concessão dos serviços realizados através de licitação, não se opondo a realização de lotações. Diego agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a presente audiência pública, sendo que eu Tatiane Böhm do Espírito Santo _____ Oficial de Recursos Humanos, designada para a função, lavrei a presente ata, que foi devidamente aprovada e será assinada pelo presidente da Comissão.

DIEGO WOLTER

Presidente em Exercício